Soft law que se torna hard law

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Nenhum dos cinco organismos discutidos neste capítulo pode vincular a Suíça ou Singapura. O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF), o Financial Stability Board (FSB, o Conselho de Estabilidade Financeira), o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), a Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) emitem recomendações, padrões e marcos. Nenhum desses textos tem força jurídica até que um legislador ou regulador nacional o adote. Ainda assim, na regulação dos ativos digitais, esses textos moldaram as duas jurisdições mais do que qualquer iniciativa política interna. A razão é estrutural. A Suíça e Singapura são centros financeiros pequenos e abertos, cujos bancos e intermediários dependem do acesso ao dólar, ao euro e à rede de bancos correspondentes. Cada organismo tem um mecanismo, da avaliação mútua à revisão por pares e à pressão do mercado, que transforma suas recomendações em condição desse acesso. Um profissional que lê o texto do GAFI em junho prevê a circular da FINMA de dezembro.[1]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Este capítulo examina cada organismo e pergunta o que ele disse sobre criptoativos, quando o disse e onde o texto foi parar no direito suíço e no de Singapura. Em seguida, reúne o mapa de implementação em uma única tabela. O objetivo é permitir ao leitor rastrear uma regra interna até sua fonte e antecipar a próxima. A Parte F, a Parte L e as partes tributárias tratam das regras internas em detalhe.

Notas

1. Sobre a posição da Suíça e de Singapura nos organismos internacionais de normatização, ver a Parte A, Capítulo VI, e a Parte C, Capítulo VI. Ambas são membros do GAFI. A Suíça participa do FSB por meio do SNB e da Secretaria de Estado para Questões Financeiras Internacionais (SIF), Singapura por meio da MAS. Ambas são membros do BCBS e da IOSCO. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.